

Inovação na gestão do combustível: da execução fragmentada à governança orientada por dados

Anna Allyce de Lima Barros¹
Siria Libânia Agostinho de Oliveira²
Alexandre José Sarmiento de Medeiros³
Davi de Freitas Oliveira⁴

Resumo

O artigo analisa a transformação do modelo de gestão do abastecimento da frota oficial do Estado de Alagoas a partir da centralização conduzida pela Agência de Modernização da Gestão de Processos (AMGESP). O estudo investiga como a reestruturação do processo contribuiu para superar limitações relacionadas à fragmentação, à baixa padronização e ao reduzido controle institucional. A metodologia adotada baseia-se em análise descritiva e documental da experiência administrativa, considerando a implementação de instrumentos de governança, padronização de procedimentos, parâmetros técnicos de consumo, controle de preços e tecnologia de identificação eletrônica (TAG). Os resultados evidenciam redução de desperdícios, maior previsibilidade orçamentária, fortalecimento da transparência, ampliação da capacidade de monitoramento e geração de economia estrutural. Conclui-se que o modelo representa uma inovação organizacional com potencial de replicação em outras áreas da Administração Pública que enfrentam desafios de descentralização e baixa integração de dados.

Palavras-chave: gestão pública; abastecimento de frota; governança; inovação organizacional; controle administrativo.

¹ Bacharelado em Administração, Universidade Paulista (UNIP), Maceió, Alagoas, Brasil, Assessora Executiva - AMGESP -AL, E-mail: anna.allyce@hotmail.com.

² Bacharelado em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil; MBA em Gestão de Pessoas, Faculdade Integrada Tiradentes (FITS), Maceió, Alagoas, Brasil, Assessora Especial - AMGESP – AL, E-mail: sirialibania@gmail.com

³ Bacharelado em Administração, Centro Universitário CESMAC, Maceió, Alagoas, Brasil; Pós-graduação em Políticas e Gestão em Segurança Pública, Universidade Estácio de Sá, Maceió, Alagoas, Brasil., Gerente de Combustível – AMGESP -AL, E-mail: combustivel.amgesp@gmail.com

⁴ Bacharelado em Psicologia, AFYA, Maceió, Alagoas, Brasil; Pós-graduação em Neuropsicologia, Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG), Maceió, Alagoas, Brasil., Superintendente Especial de Gestão de Transporte - AMGESP -AL, Email: davifo3@hotmail.com

Innovation in fuel management: from fragmented execution to data-driven governance

Abstract

This article analyzes the transformation of the official fleet fuel supply management model of the State of Alagoas, through the centralization conducted by the Agency for the Modernization of Process Management (AMGESp). The study investigates how the restructuring of the process contributed to overcoming limitations related to fragmentation, low standardization, and reduced institutional control. The methodology adopted is based on a descriptive documentary analysis of the administrative experience, considering the implementation of governance instruments, standardization of procedures, technical consumption parameters, price control, and electronic identification technology (TAG). The results show a reduction in waste, greater budgetary predictability, strengthened transparency, increased monitoring capacity, and the generation of structural savings. It concludes that the model represents an organizational innovation with the potential for replication in other areas of Public Administration that face challenges of decentralization and low data integration.

Keywords: *public management; fleet fuel supply; governance; organizational innovation; administrative control.*

1 Introdução

A gestão do abastecimento da frota oficial configura-se como uma das dimensões mais sensíveis do gasto público, em razão de sua elevada recorrência, capilaridade operacional e impacto direto sobre a continuidade das políticas públicas. Nesse contexto, a eficiência na alocação e no controle desses recursos assume papel central na promoção da responsabilidade fiscal, da transparência e da boa governança administrativa.

No Estado de Alagoas, a reestruturação do modelo de gestão de combustíveis representou uma inflexão institucional relevante, ao substituir uma lógica fragmentada e predominantemente reativa por um arranjo estruturado, orientado por dados, padronização de processos e coordenação centralizada.

Historicamente, o abastecimento era conduzido de forma descentralizada, com forte dependência de solicitações pontuais das unidades gestoras, ausência de critérios técnicos uniformes e limitada capacidade analítica sobre os padrões de consumo. Esse cenário favorecia a adoção de práticas como solicitações superestimadas, ausência de controle efetivo de preços, baixa rastreabilidade das operações e dificuldade de monitoramento em tempo real, comprometendo a eficiência do gasto público e a qualidade da tomada de decisão.

Além disso, a dependência de processos manuais e a fragmentação das informações resultavam em baixa integração de dados, restringindo a capacidade do Estado de produzir inteligência gerencial e atuar de forma preventiva. Como consequência, a execução da despesa apresentava elevada volatilidade, reduzida previsibilidade orçamentária e maior exposição a ineficiências operacionais.

Antes da adoção do Termo de Execução Descentralizada (TED)⁵, a Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG), em articulação com a AMGESP, era responsável pela elaboração do orçamento anual e pela definição do planejamento dos gastos com combustível, com base em informações prestadas pelos órgãos participantes. Esse modelo, embora funcional, apresentava limitações quanto à precisão das estimativas e ao controle da execução ao longo do exercício.

A partir da centralização da gestão na Agência de Modernização da Gestão de Processos (AMGESP)⁶, o combustível passou a ser tratado como um ativo estratégico da administração pública, e não apenas como despesa administrativa. Nesse novo arranjo, o Termo de Execução Descentralizada (TED) foi ressignificado, assumindo papel estruturante na coordenação

⁵ Daqui em diante nos referimos ao Termo de Execução Descentralizada pela abreviatura TED.

⁶ Daqui em diante nos referimos à Agência de Modernização da Gestão de Processos pela abreviatura AMGESP, seguido do aforisma quando for o caso de citação.

institucional, ao compatibilizar a autonomia operacional das unidades gestoras com mecanismos centralizados de controle, padronização normativa e monitoramento contínuo.

Essa transformação está alinhada às diretrizes contemporâneas da administração pública, especialmente no que se refere à adoção de modelos orientados por dados, à gestão baseada em evidências e ao fortalecimento da governança institucional como instrumento de qualificação do gasto público.

Diante desse contexto, o presente artigo tem por objetivo descrever a metodologia adotada na reestruturação da gestão do abastecimento, analisar os resultados alcançados e discutir os impactos institucionais decorrentes dessa inovação organizacional, destacando seu potencial de replicabilidade no âmbito da Administração Pública.

2 Fundamentação Teórica

A modernização da gestão pública contemporânea tem sido fortemente influenciada pela incorporação de princípios de governança, transparência e uso estratégico de dados, especialmente no contexto da chamada administração pública orientada por evidências. Nesse cenário, organismos internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁷ têm destacado a centralidade da informação qualificada como elemento estruturante para o aprimoramento da eficiência estatal e da qualidade do gasto público.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015), governos que utilizam dados de forma sistemática conseguem aprimorar a alocação de recursos, reduzir desperdícios e fortalecer mecanismos de *accountability*, promovendo maior transparência e confiança institucional. Nesse sentido, a gestão pública orientada por dados (*data-driven government*) representa uma mudança paradigmática, na qual decisões deixam de ser baseadas predominantemente em práticas discricionárias para se fundamentarem em evidências empíricas e análises estruturadas.

No campo da governança pública, a *International Federation of Accountants* (IFAC, 2014) estabelece que a boa governança no setor público está diretamente relacionada à capacidade das organizações de assegurar integridade, transparência, prestação de contas e gestão eficiente dos recursos públicos. Esses princípios são operacionalizados por meio de estruturas institucionais que integrem planejamento, execução e controle, bem como pela utilização de instrumentos que permitam monitoramento contínuo e avaliação de desempenho.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 37, os

⁷ Daqui em diante nos referimos à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico pela abreviatura OCDE, seguido do aforisma quando for o caso de citação.

princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência como fundamentos da administração pública. Entre esses, o princípio da eficiência ganha especial relevância na medida em que exige da administração não apenas a conformidade legal, mas também a obtenção de resultados concretos com o uso racional dos recursos públicos.

Adicionalmente, a literatura sobre gestão pública destaca a importância da centralização estratégica associada à descentralização operacional como mecanismo de equilíbrio entre controle e flexibilidade administrativa. Segundo esse modelo, a definição de diretrizes, parâmetros e mecanismos de monitoramento deve estar concentrada em órgãos centrais, enquanto a execução das atividades permanece descentralizada nas unidades operacionais, permitindo maior aderência às especificidades locais sem comprometer a uniformidade dos critérios de controle.

Outro elemento relevante refere-se à utilização de tecnologias da informação como instrumento de governança. Sistemas integrados de gestão possibilitam não apenas o registro e a rastreabilidade das operações, mas também a geração de bases de dados estruturadas, fundamentais para análises preditivas, identificação de padrões e suporte à tomada de decisão. Nesse sentido, a transformação digital no setor público não se limita à automatização de processos, mas envolve a reconfiguração da forma como o Estado coleta, interpreta e utiliza informações.

A incorporação desses elementos governança institucional, uso intensivo de dados e tecnologia da informação tem sido apontada como fator determinante para a transição de modelos administrativos reativos para abordagens proativas e orientadas por resultados. Esse movimento contribui para o fortalecimento da capacidade estatal, ampliando a eficiência operacional, a transparência e a *accountability*, ao mesmo tempo em que promove maior racionalidade na gestão do gasto público.

Nesse contexto, a experiência do Estado de Alagoas na reestruturação da gestão do abastecimento de combustíveis insere-se em um movimento mais amplo de transformação da administração pública, alinhando-se às melhores práticas internacionais e evidenciando o potencial de replicabilidade de modelos baseados em dados, governança e inovação institucional.

3. Objetivo

O presente artigo tem como objetivo analisar a reestruturação do modelo de gestão do abastecimento da frota oficial no Estado de Alagoas, com ênfase na adoção de mecanismos de governança, uso de dados e instrumentos de controle, bem como avaliar seus impactos sobre a

eficiência, a previsibilidade orçamentária e a qualidade do gasto público.

4. Metodologia

Trata-se de um estudo de caso aplicado, de natureza qualitativa e quantitativa, baseado na análise documental, normativa e operacional do modelo de gestão do abastecimento implementado no Estado de Alagoas.

Foram utilizados dados extraídos dos sistemas corporativos de gestão de frota e abastecimento, bem como registros administrativos relacionados à execução orçamentária, consumo de combustível e controle de preços.

A metodologia envolveu:

- levantamento e análise de dados históricos de consumo;
- mapeamento dos processos administrativos (AS-IS e TO-BE);
- identificação de fragilidades do modelo anterior;
- análise comparativa entre os cenários pré e pós-implementação;
- avaliação dos impactos a partir de indicadores de desempenho.

Adicionalmente, foram considerados referenciais teóricos relacionados à governança pública, gestão por resultados e uso de dados na administração pública.

5. Modelo de Gestão Implementado

A metodologia implementada estruturou um sistema integrado de gestão do abastecimento, fundamentado na articulação entre governança institucional, tecnologia da informação e uso intensivo de dados, consolidando um novo padrão de gestão pública orientado por eficiência, transparência e controle preventivo.

O modelo adotado organiza-se a partir de uma arquitetura de gestão centralizada, sob coordenação da AMGESP, que passou a atuar como núcleo técnico responsável pela definição de parâmetros operacionais, padronização de fluxos e monitoramento contínuo das operações de abastecimento. Essa centralização permitiu a unificação de critérios anteriormente dispersos entre os órgãos estaduais, promovendo maior consistência metodológica, redução de assimetrias na execução da despesa e fortalecimento da capacidade de coordenação institucional.

Sob a perspectiva operacional, a metodologia incorpora o uso de sistemas eletrônicos integrados de abastecimento, que possibilitam o registro, validação e rastreamento, em tempo real, de todas as transações realizadas na rede credenciada. Esses sistemas viabilizam a coleta estruturada de dados relacionados ao consumo, quilometragem, tipo de combustível, unidade gestora responsável e comportamento da frota, constituindo uma base informacional robusta e

confiável para análise gerencial.

A partir dessa base de dados, foram desenvolvidos mecanismos analíticos voltados à identificação de padrões de consumo, detecção de anomalias e avaliação comparativa de desempenho entre unidades gestoras. Essa abordagem possibilita a transição de uma lógica predominantemente reativa para um modelo preditivo e orientado por evidências, no qual inconsistências operacionais podem ser antecipadas e tratadas de forma tempestiva, ampliando a efetividade do controle.

A metodologia contempla, ainda, a definição de parâmetros técnicos de consumo, estruturados a partir de variáveis como categoria e perfil dos veículos, finalidade institucional e histórico de utilização. Esses parâmetros passam a orientar a liberação de créditos de abastecimento, promovendo maior aderência entre a necessidade operacional e a alocação de recursos públicos, além de permitir a padronização de critérios de análise e a comparação entre diferentes unidades administrativas.

No âmbito do controle econômico, foi incorporado um mecanismo estruturado de controle de preços, baseado em dados oficiais e monitoramento contínuo do mercado. A definição de tetos referenciais para os combustíveis permite limitar variações indevidas, reduzir assimetrias informacionais e assegurar maior economicidade na execução da despesa, reforçando os mecanismos de governança e controle.

Adicionalmente, a metodologia integra o acompanhamento sistemático da execução orçamentária por meio do TED, que foi ressignificado como instrumento de governança financeira. Por meio desse instrumento, torna-se possível monitorar, de forma contínua, a relação entre consumo realizado e recursos descentralizados, permitindo a identificação de saldos, déficits e eventuais desvios em relação ao planejamento, bem como a adoção de medidas corretivas baseadas em análise técnica.

Em síntese, a metodologia adotada configura um modelo integrado de gestão do abastecimento, sustentado pela combinação entre tecnologia, dados estruturados e governança institucional, capaz de promover maior eficiência administrativa, transparência, previsibilidade orçamentária e controle qualificado do gasto público. Trata-se de uma abordagem alinhada às diretrizes contemporâneas da administração pública, especialmente no que se refere à gestão orientada por dados e à tomada de decisão baseada em evidências.

6. Contexto Institucional

A transformação do modelo de gestão do abastecimento de combustíveis no Estado de Alagoas ocorreu no âmbito da AMGESP, órgão responsável pela coordenação de políticas de

eficiência administrativa e modernização da gestão pública estadual.

Nesse contexto, a AMGESP assumiu papel central na reestruturação do sistema, atuando na definição de diretrizes, padronização de procedimentos e implementação de soluções tecnológicas voltadas ao controle e monitoramento das operações. A reorganização institucional promoveu a transição de um modelo operacional fragmentado para um arranjo estruturado, com maior capacidade de coordenação, controle e geração de inteligência gerencial.

Antes da modernização, o abastecimento era realizado por meio de um modelo híbrido, baseado na utilização de bombas físicas em municípios estratégicos e na distribuição de tickets mensais às unidades gestoras. Esse arranjo apresentava limitações relevantes, como baixa rastreabilidade, reduzida capacidade de controle e elevada dependência de processos manuais.

Com a implementação do novo modelo, passou-se a operar com uma rede credenciada e sistema eletrônico de abastecimento, permitindo maior capilaridade, padronização e controle das operações. Embora a execução permaneça descentralizada nas unidades gestoras, esta passou a ocorrer sob diretrizes, parâmetros técnicos e limites definidos centralmente, configurando um modelo de governança híbrida, com centralização estratégica e execução descentralizada.

PAPÉIS INSTITUCIONAIS:

- AMGESP - estratégia
- SUPGT⁸ - coordenação
- GCOMB⁹ - execução + controle

7. O papel da AMGESP

A AMGESP exerce função estruturante na governança do modelo de abastecimento, atuando como órgão central responsável pela coordenação, normatização e supervisão das diretrizes operacionais.

Sua atuação está orientada à promoção da eficiência administrativa, à racionalização dos gastos públicos e ao fortalecimento dos mecanismos de controle e transparência. Nesse sentido, compete à Agência estabelecer os parâmetros técnicos que orientam a política de abastecimento, padronizar procedimentos entre os órgãos estaduais e implementar soluções tecnológicas que viabilizem o monitoramento contínuo das operações.

Além disso, a AMGESP desempenha papel estratégico na consolidação e análise de

⁸ Daqui em diante nos referimos à Superintendência Especial de Gestão de Transportes pela abreviatura SUPGT, seguido do aforisma quando for o caso de citação.

⁹ Daqui em diante nos referimos à Gerência de Combustível pela abreviatura GCOMB, seguido do aforisma quando for o caso de citação.

dados gerenciais, subsidiando a tomada de decisão e o aprimoramento contínuo do modelo. Sua atuação também se destaca na articulação institucional entre os diversos atores envolvidos, assegurando o alinhamento entre planejamento, execução e controle, em consonância com as diretrizes de responsabilidade fiscal e governança pública.

7.1. O papel da SUPGT

A Superintendência Especial de Gestão de Transportes atua como instância de coordenação executiva no âmbito do modelo de gestão de combustíveis, sendo responsável por assegurar a implementação das diretrizes estabelecidas pela AMGESP.

No exercício de suas atribuições, compete à SUPGT coordenar a gestão da frota oficial sob uma perspectiva sistêmica, promovendo o alinhamento entre planejamento, execução e capacidade orçamentária das unidades gestoras. Sua atuação concentra-se na articulação institucional, na supervisão dos fluxos operacionais e no acompanhamento estratégico da execução, garantindo a aderência do modelo às diretrizes estabelecidas.

A Superintendência também desempenha papel relevante na interface entre as unidades gestoras e as áreas técnicas responsáveis pela execução do modelo, especialmente no que se refere à compatibilização das demandas operacionais com os limites definidos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada (TED).

Adicionalmente, a SUPGT contribui para o aprimoramento contínuo do modelo, por meio da identificação de oportunidades de melhoria, da proposição de ajustes operacionais e do fortalecimento da governança institucional.

7.2. O papel da Gerência de Combustível

A Gerência de Combustível constitui o núcleo técnico responsável pela operacionalização, controle e monitoramento do abastecimento da frota oficial, desempenhando papel central na execução e sustentação do modelo de governança implementado.

No âmbito de suas atribuições, destaca-se a gestão e fiscalização do Contrato nº 052/2022, assegurando a conformidade dos serviços prestados com as condições contratuais, os parâmetros técnicos estabelecidos e as normas de controle da administração pública. Essa atuação envolve interlocução permanente com a empresa contratada, com foco no acompanhamento de desempenho, na resolução de demandas operacionais e na garantia da eficiência dos serviços.

No que se refere ao controle do consumo, a Gerência atua diretamente na análise e validação das solicitações de abastecimento, no acompanhamento dos quantitativos utilizados e na avaliação das demandas apresentadas pelas unidades gestoras. Esse conjunto de atividades

contribui para a racionalização do consumo e para a adequada alocação dos recursos públicos.

A atuação da Gerência também se fundamenta no uso intensivo de dados, por meio do monitoramento contínuo das informações registradas no sistema eletrônico de abastecimento. Esse processo possibilita a identificação de padrões de consumo, a detecção de inconsistências e o acompanhamento do comportamento da frota, fortalecendo a capacidade de controle preventivo e a atuação tempestiva diante de desvios.

Adicionalmente, a Gerência exerce papel relevante no acompanhamento da execução orçamentária, especialmente no âmbito do TED, analisando a aderência entre o consumo realizado e o planejamento estabelecido para cada unidade gestora. Essa atividade permite a identificação de saldos, déficits e variações de consumo, subsidiando decisões gerenciais mais precisas.

Em síntese, a Gerência de Combustível atua como eixo técnico-operacional do modelo, sendo responsável por transformar diretrizes institucionais em execução qualificada, contribuindo diretamente para o fortalecimento da governança, o aumento da previsibilidade orçamentária e a melhoria da qualidade do gasto público.

7.3. Papel das Unidades Gestoras

As unidades gestoras desempenham papel fundamental na execução do modelo, sendo responsáveis pela utilização dos recursos e pela gestão operacional da frota sob sua responsabilidade.

Nesse contexto, cabe às unidades planejar e solicitar suas demandas de combustível com base em critérios técnicos e necessidades efetivas de serviço, observando os limites orçamentários e as diretrizes estabelecidas pela AMGESP.

No modelo atual, as unidades gestoras passaram a observar parâmetros técnicos padronizados para o fornecimento de informações relativas à sua frota, assegurando maior consistência e confiabilidade dos dados utilizados no planejamento. Ademais, as solicitações de demanda passaram a ser fundamentadas em evidências empíricas, especialmente no histórico de consumo anteriormente realizado, promovendo maior aderência entre a necessidade operacional e a alocação de recursos.

As unidades gestoras também são responsáveis por assegurar o uso adequado dos recursos, promovendo a racionalização do consumo e a conformidade com os normativos vigentes.

A atuação das unidades gestoras, integrada ao modelo de governança centralizada, contribui para o equilíbrio entre autonomia operacional e controle institucional, elemento

essencial para a eficiência e sustentabilidade do sistema.

8. Diagnóstico do Modelo Anterior

O modelo anterior de gestão do abastecimento da frota oficial no Estado de Alagoas apresentava fragilidades estruturais que comprometiam a eficiência, a transparência e a capacidade de controle do gasto público.

A ausência de padronização configurava um dos principais pontos críticos, uma vez que cada unidade gestora adotava critérios próprios para solicitação e utilização de combustível. Essa heterogeneidade inviabilizava análises comparativas, dificultava o monitoramento institucional e favorecia a ocorrência de distorções, como solicitações superestimadas, baseadas em percepções subjetivas e não em dados concretos de consumo.

No campo orçamentário, observava-se reduzida previsibilidade da despesa, decorrente da inexistência de parâmetros técnicos e da ausência de mecanismos estruturados de controle da execução. A gestão financeira do combustível operava de forma pouco integrada, o que resultava em oscilações significativas ao longo do exercício e maior exposição a ineficiências.

Outro elemento relevante era a inexistência de uma metodologia de controle de preços, o que deixava a administração pública suscetível às variações de mercado sem instrumentos adequados de regulação. Essa lacuna ampliava o risco de sobrepreço e comprometia a economicidade das contratações.

Adicionalmente, a gestão era marcada pela baixa maturidade no uso de dados. As informações disponíveis eram dispersas, pouco estruturadas e de difícil consolidação, o que inviabilizava a geração de inteligência gerencial. A ausência de integração informacional impedia a identificação de padrões de consumo, a detecção de anomalias e o suporte qualificado à tomada de decisão.

Nesse contexto, as unidades gestoras atuavam com elevado grau de autonomia, porém sem parâmetros técnicos claros para o fornecimento de dados sobre suas frotas e para o planejamento de suas demandas. Como consequência, o processo decisório era predominantemente intuitivo, desvinculado de evidências empíricas e pouco alinhado às necessidades reais de operação.

Em síntese, esse conjunto de fatores configurava um modelo de gestão essencialmente reativo, com baixa capacidade de planejamento, controle e coordenação institucional, evidenciando a necessidade de adoção de um novo arranjo baseado em governança, padronização e uso estratégico de dados.

Tabela 1 – Principais fragilidades do modelo anterior

Dimensão	Situação observada	Impacto na gestão
Padronização	Critérios distintos entre UGs	Dificuldade de controle e comparação
Planejamento	Solicitações baseadas em estimativas subjetivas	Superdimensionamento da demanda
Orçamento	Ausência de parâmetros técnicos	Baixa previsibilidade
Preços	Inexistência de controle estruturado	Risco de sobrepreço
Dados	Informações dispersas e não integradas	Ausência de inteligência gerencial
Governança	Autonomia sem padronização	Modelo reativo e pouco coordenado

Fonte: elaborado pelo autor (2026)

9. O Modelo Implementado

A reestruturação da gestão do abastecimento da frota oficial no Estado de Alagoas consolidou um modelo orientado por governança, centralização estratégica e uso intensivo de dados, preservando a execução descentralizada pelas unidades gestoras. Esse arranjo foi concebido para superar as fragilidades do modelo anterior, promovendo maior controle, previsibilidade orçamentária e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

O modelo implementado estrutura-se a partir de quatro pilares fundamentais, que, de forma integrada, redefinem a lógica de planejamento, execução e monitoramento do abastecimento, promovendo a transição de um modelo reativo para uma gestão orientada por evidências.

9.1 Centralização institucional

A centralização institucional no âmbito da AMGESP constitui um dos principais eixos estruturantes do modelo, ao consolidar em um único órgão a coordenação técnica da política de abastecimento de combustíveis no Estado.

Nesse arranjo, a AMGESP passou a exercer papel estratégico na definição de parâmetros operacionais, padronização de procedimentos, consolidação de informações e monitoramento contínuo do consumo da frota oficial. Essa centralização não implica a supressão da autonomia das unidades gestoras, mas estabelece diretrizes comuns que orientam a execução descentralizada, garantindo maior coerência e controle institucional.

Destaca-se, nesse contexto, a atuação da SUPGT, que opera como instância de articulação entre o nível estratégico e a execução operacional. A SUPGT é responsável por assegurar a implementação uniforme das diretrizes estabelecidas, promovendo o alinhamento entre planejamento, execução e controle, além de atuar no acompanhamento sistemático das

operações.

A centralização permitiu reduzir a heterogeneidade anteriormente existente entre os órgãos, ao instituir critérios padronizados para solicitação, utilização e controle do combustível. Como resultado, observa-se o fortalecimento da governança, o aumento da transparência e a ampliação da capacidade de monitoramento e intervenção por parte do órgão central.

9.2 Ressignificação do TED

A resignificação do TED constitui um dos principais diferenciais do modelo implementado, ao redefinir sua função no âmbito da gestão do abastecimento. O instrumento deixou de desempenhar papel meramente financeiro e passou a atuar como mecanismo estruturante de governança, articulando planejamento, execução e controle da despesa.

Por meio do TED, foram estabelecidos limites orçamentários individualizados para cada unidade gestora, associados a regras claras de utilização e responsabilização institucional. Essa configuração introduz maior disciplina na execução da despesa, reduzindo assimetrias e prevenindo distorções decorrentes de solicitações não fundamentadas.

Adicionalmente, o TED passou a operar como instrumento de previsibilidade orçamentária, ao vincular o consumo de combustível a parâmetros técnicos previamente definidos. O acompanhamento sistemático das descentralizações e da execução permite avaliar a aderência ao planejamento, identificar saldos, déficits e desvios, e promover ajustes de forma tempestiva.

Nesse contexto, o TED também fortalece a coordenação interinstitucional, assegurando que a execução descentralizada ocorra de forma alinhada às diretrizes centrais de gestão, promovendo maior integração entre os órgãos e racionalidade na alocação de recursos.

9.3 Uso estratégico de dados

O uso estratégico de dados constitui um dos pilares centrais do modelo implementado, conferindo maior racionalidade, precisão e capacidade analítica à gestão do abastecimento.

A adoção de sistema eletrônico integrado de abastecimento possibilita o registro e monitoramento contínuo das operações, com acesso a informações em tempo real sobre consumo, frequência de abastecimento, tipo de combustível, quilometragem e comportamento da frota. Essa infraestrutura informacional viabiliza a consolidação de uma base de dados estruturada, essencial para a gestão orientada por evidências.

A partir dessa base, torna-se possível identificar padrões de consumo, detectar anomalias, realizar análises comparativas entre unidades gestoras e avaliar o desempenho

operacional da frota. Essa capacidade analítica permite não apenas corrigir distorções, mas também disseminar boas práticas e qualificar o processo decisório.

A incorporação da inteligência de dados promove a transição de um modelo reativo para uma abordagem preditiva, na qual a gestão passa a antecipar demandas, otimizar a alocação de recursos e reduzir incertezas. Como resultado, observa-se o aumento da eficiência operacional, o aprimoramento do controle e a elevação da qualidade do gasto público.

9.4 Controle de preços

A implementação de um mecanismo estruturado de controle de preços configura uma das principais inovações do modelo, representando avanço significativo em termos de governança e economicidade.

O sistema passou a operar com parâmetros previamente definidos, incluindo a adoção de tetos referenciais de preços, estabelecidos com base em dados oficiais de mercado. Essa parametrização permite regular os valores praticados pela rede credenciada, impedindo cobranças acima dos limites estabelecidos e reduzindo a exposição a variações indevidas.

Além disso, o modelo incorpora o monitoramento contínuo dos preços aplicados, ampliando a capacidade de fiscalização e garantindo maior aderência às condições de mercado. Esse acompanhamento sistemático fortalece o controle preventivo e permite intervenções mais rápidas em casos de inconsistência.

Como resultado, o mecanismo contribui diretamente para a racionalização do gasto público, ao evitar sobrepreços, aumentar a transparência e assegurar maior eficiência na utilização dos recursos.

A Figura Instrumento de Governança Orçamentária: estrutura do TED para planejamento e execução do abastecimento, evidenciando os principais elementos que compõem o instrumento, tais como a identificação da unidade gestora, o programa de trabalho, os valores descentralizados mensalmente e a previsão anual de execução.

Tabela 2 – Anexo único do Termo de Execução Descentralizada (TED) da Gerência de Combustível (GCOMB).

UG	UG DESCRIÇÃO	Programa de Trabalho	Natureza	Valor Mensal	Valor Anual
520555	ADEAL	20.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$30.663,82	R\$367.965,88
130569	AL PREV	09.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$3.556,03	R\$42.672,32
410504	ARSAL	04.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$26.135,27	R\$14.005,82
410510	CARHP	04.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$1.167,15	R\$14.005,82
540036	CBMAL	06.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$193.498,98	R\$2.321.987,71
110008	CGE	04.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$2.152,46	R\$25.829,54
110014	DEA	04.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$16.250,10	R\$195.001,17
530538	DER	26.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$18.755,33	R\$225.063,96

410512	DETRAN	06.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$90.793,07	R\$1.089.516,84
140566	EMATER	20.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$37.270,43	R\$447.245,21
510514	FAPEAL	19.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$1.952,63	R\$23.431,58
110006	GAB. CIVIL	04.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$64.169,51	R\$770.034,06
110015	GOVERNANÇA	04.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$983,78	R\$11.805,30
520528	IDERAL	20.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$9.315,65	R\$111.787,84
530542	IMA	18.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$45.971,12	R\$551.653,44
520537	INMEQ	22.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$9.734,24	R\$116.810,82
510551	IPASEAL	10.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$2.957,58	R\$35.490,96
410506	ITEC	19.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$4.194,21	R\$50.330,46
530541	ITERAL	20.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$17.788,54	R\$213.462,48
510517	IZP	24.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$3.921,00	R\$47.052,00
520538	JUCEAL	23.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$7.209,84	R\$86.518,06
190047	POLÍCIA CIENTIFICA	06.122.0004.2001	3.3.90.30	R\$63.266,58	R\$759.198,96

Fonte: (TED) nº01/2026, de 23 de Janeiro de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas.

9.5 Construção de parâmetros técnicos de consumo

A implementação do novo modelo demandou o desenvolvimento de parâmetros técnicos de consumo capazes de refletir, com maior precisão, as necessidades operacionais da frota estadual, superando a lógica estimativa anteriormente adotada.

Esses parâmetros foram estruturados a partir de uma abordagem multidimensional, considerando variáveis essenciais para a adequada caracterização do uso dos veículos, tais como o perfil e a categoria da frota, a finalidade institucional e o histórico de consumo previamente registrado.

Com base nesses elementos, foram definidos critérios técnicos que passaram a orientar tanto a liberação de créditos de abastecimento quanto a análise de desempenho das unidades gestoras. Essa padronização permite a realização de comparações entre órgãos, além da identificação de padrões de consumo e de comportamentos atípicos.

A incorporação desses parâmetros fortalece os mecanismos de controle, ao viabilizar a detecção de desvios, ineficiências e inconsistências operacionais, ampliando a capacidade de monitoramento e intervenção por parte do órgão central.

Adicionalmente, o modelo exerce efeito indutor sobre o comportamento das unidades gestoras, ao promover maior responsabilização quanto ao uso dos recursos públicos. Ao vincular a alocação de combustível a critérios objetivos e verificáveis, o sistema incentiva a adoção de práticas mais eficientes e alinhadas às diretrizes institucionais.

A figura a seguir apresenta o monitoramento gerencial do consumo de combustível por unidade gestora.

Figura 1 – Dados Extraídos do sistema de Combustível

AMGESP GERAL

Filtros: Data Abast. Inic.: 29/02/2026 Data Abast. Fim.: 29/02/2026 Status Abast.: ABASTECIDO Produto: COMBUSTIVEL

Data Abast.	Hora Abast.	Placa	Produto	Marca	Modelo	Cidade Veículo	Orgão Veículo	Unidade Veículo	SubUnidade Veículo	Base Veículo	Qtda. Comb.(L) Abast.	Combustível Abast.	Nome Fantasia	UF	Cidade	Preço Unit.(R\$) Abast.	Valor(R\$) Abast.	Valor a/ desconto	Status Abast.
20/02/2026	00:44:28	TNS0208	COMBUSTIVEL	RENAULT	OROCH PRO 16	AMGESP AL	AMGESP	PMAL	PMAL - 12 BPM	PMAL - 12 BPM	22,258	GASOLINA	POSTO EUCALYPTOS	AL	MACEO	06,74	150,00	-	ABASTECIDO
20/02/2026	00:32:31	OW08C43	COMBUSTIVEL	CHEV	SPIN 1.8L MT LT	AMGESP AL	AMGESP	DETRAN	DETRAN SUB	DETRAN SUB	24,879	GASOLINA	AUTO POSTO VELOZ	AL	MACEO	06,74	167,88	-	ABASTECIDO
20/02/2026	05:22:53	TN07355	COMBUSTIVEL	FIAT	TITANO	AMGESP AL	AMGESP	PMAL	PMAL - DIVERSOS	PMAL - DIVERSOS	26,804	DIESEL S10	POSTO LIDERANCA	AL	MACEO	07,03	180,00	-	ABASTECIDO
20/02/2026	05:16:16	ONU7011	COMBUSTIVEL	VOLKSWAGEN	15.190 ECO E HO OFE	AMGESP AL	AMGESP	SEDUC	SEDUC SUB	SEDUC SUB	43,18	DIESEL S10	POSTO MATA DO RIOLO	AL	RIO LARGO	06,30	272,03	-	ABASTECIDO
20/02/2026	05:55:24	BAE4A28	COMBUSTIVEL	RENAULT	MASTER AMB	AMGESP AL	AMGESP	SESAU	SESAU - SAMU	SESAU - SAMU	82,69	DIESEL S10	LEMOS AUTO POSTO	AL	SANTANA DO IPIRANGA	06,39	400,00	-	ABASTECIDO
20/02/2026	03:17:06	QWGA18	COMBUSTIVEL	RENAULT	MASTER MINIBUS L3	AMGESP AL	AMGESP	SESAU	SESAU SUB	SESAU SUB	21,59	DIESEL S10	AUTO POSTO MD	PE	PALMARES	06,20	135,86	-	ABASTECIDO
20/02/2026	01:00:33	R0V1J24	COMBUSTIVEL	RENAULT	DUSTER	AMGESP AL	AMGESP	PMAL	PMAL - 13 BPM	PMAL - 13 BPM	25,807	GASOLINA	POSTO VIA NORTE	AL	MACEO	06,74	169,45	-	ABASTECIDO
20/02/2026	00:08:52	TNP9450	COMBUSTIVEL	RENAULT	MASTER J1 MBUS V	AMGESP AL	AMGESP	DETRAN	DETRAN SUB	DETRAN SUB	22,902	DIESEL S10	POSTO PRATAGY	AL	MACEO	07,03	161,00	-	ABASTECIDO
20/02/2026	01:12:07	SAC9039	COMBUSTIVEL	CHEVROLET	S10	AMGESP AL	AMGESP	PMAL	PMAL - COPES	PMAL - COPES	51,55	DIESEL S10	POSTO JOTA PINTO ARAPIRACA	AL	ARAPIRACA	06,79	350,00	-	ABASTECIDO

Fonte: PRIME BENEFICIOS. 1 imagem. Disponível em: https://sistema-customizado.primebeneficios.com.br/Admin/Relatorio_Abastecimentos_Agrupados.aspx/. Acesso em: 22 fev. 2026

9.6 Metodologia de criterização de preços

No âmbito da solução tecnológica adotada, foi estruturada uma metodologia própria para definição de tetos referenciais aplicáveis aos diferentes tipos de combustíveis, configurando um dos principais mecanismos de controle e racionalização da despesa pública.

Essa sistemática fundamenta-se em dados oficiais fornecidos pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ), assegurando aderência às condições reais de mercado e maior confiabilidade das informações utilizadas. A partir dessa base, o setor de Tecnologia da Informação da AMGESP desenvolveu sistema integrado capaz de coletar, consolidar e disponibilizar, de forma estruturada, os preços praticados em todo o Estado de Alagoas.

A ferramenta possibilita o monitoramento contínuo das variações de mercado, ampliando a capacidade de análise e intervenção da administração pública. Com base nesses dados, realiza-se análise técnica dos preços, considerando variáveis como distribuição geográfica, dispersão de valores, frequência de atualização e comportamento histórico dos combustíveis.

Essa análise subsidia a definição de parâmetros referenciais incorporados ao sistema como limites máximos para abastecimento na rede credenciada, estabelecendo um mecanismo automatizado de controle que impede transações acima dos valores definidos.

A parametrização dos preços contribui, ainda, para a padronização das contratações, redução de assimetrias informacionais e fortalecimento da transparência, uma vez que todas as operações passam a ser registradas e validadas com base em critérios previamente estabelecidos.

No que se refere à integração com o planejamento orçamentário, a metodologia incorpora a análise histórica do consumo das unidades gestoras, considerando, prioritariamente,

os períodos de maior demanda. Essa abordagem permite capturar cenários críticos de utilização, evitando subdimensionamento e promovendo maior aderência entre orçamento e necessidade operacional.

Com base nessas análises, são definidos os limites orçamentários no âmbito do TED, assegurando maior previsibilidade e equilíbrio na execução da despesa. O modelo também prevê ajustes ao longo do exercício, mediante suplementações fundamentadas em evidências e justificativas técnicas.

Dessa forma, a metodologia de criterização de preços ultrapassa a função de controle de valores, integrando dimensões orçamentárias, operacionais e analíticas, e consolidando-se como instrumento estratégico para a governança e a eficiência do gasto público.

9.7 TAG eletrônica

Antes da implementação da TAG eletrônica e da adoção do modelo baseado no TED, o abastecimento da frota estadual era realizado por meio de estrutura centralizada, com utilização de bombas físicas em municípios estratégicos e distribuição mensal de tickets às unidades gestoras. Esse arranjo apresentava limitações operacionais, baixa rastreabilidade e reduzida capacidade de controle.

Com a implantação da TAG eletrônica nos veículos da frota oficial, o processo foi significativamente modernizado, passando a operar de forma automatizada, segura e transparente.

O dispositivo eletrônico permite a identificação do veículo e do condutor no momento do abastecimento, a verificação imediata do saldo disponível e o acesso às informações cadastrais, como placa, modelo e tipo de combustível autorizado. Além disso, todas as transações passam a ser registradas automaticamente, garantindo maior confiabilidade dos dados.

De forma complementar, o portal eletrônico disponibilizado pela empresa contratada viabiliza o acompanhamento em tempo real das operações, a rastreabilidade integral dos abastecimentos, a emissão de relatórios analíticos e a realização de auditorias preventivas e corretivas.

A adoção da TAG eletrônica representa, portanto, um avanço significativo na gestão do abastecimento, ao reduzir falhas operacionais, ampliar a transparência e fortalecer os mecanismos de controle, contribuindo diretamente para a eficiência e a segurança na utilização dos recursos públicos.

10. Resultados

A implementação do novo modelo de gestão do abastecimento da frota oficial no Estado de Alagoas produziu impactos significativos nas dimensões de controle, eficiência, transparência e governança pública. A transição de um modelo reativo e fragmentado para um arranjo estruturado, orientado por dados e coordenado centralmente, resultou em avanços concretos na qualidade do gasto público e na capacidade institucional de gestão.

Os resultados observados evidenciam não apenas melhorias operacionais, mas uma transformação no padrão decisório, que passou a ser fundamentado em critérios técnicos e evidências empíricas.

10.1 Redução de desperdícios

A definição de parâmetros técnicos de consumo, aliada ao monitoramento contínuo das operações, contribuiu para a redução de solicitações superestimadas e práticas ineficientes, substituindo decisões discricionárias por critérios objetivos e verificáveis.

A utilização de dados estruturados possibilitou a identificação de padrões de consumo e a detecção de desvios, permitindo a adoção de medidas corretivas de forma mais célere e precisa. Esse processo ampliou a capacidade de controle preventivo e reduziu perdas associadas a inconsistências operacionais.

Além disso, a possibilidade de comparação entre unidades gestoras promoveu maior transparência e incentivou a adoção de boas práticas, fortalecendo a responsabilização institucional. Como resultado, consolidou-se um ambiente orientado à racionalização do consumo, com ganhos diretos de eficiência operacional e redução de desperdícios.

10.2 Maior previsibilidade orçamentária

A consolidação das informações e a adoção de mecanismos estruturados de controle, como os tetos referenciais de preços e os parâmetros técnicos de consumo, ampliaram significativamente a capacidade de planejamento financeiro.

A utilização do TED como instrumento de governança permitiu a definição prévia de limites orçamentários por unidade gestora, associada ao acompanhamento contínuo da execução. Esse arranjo reduziu oscilações ao longo do exercício e proporcionou maior estabilidade na gestão da despesa.

A integração entre planejamento e execução, fundamentada em dados históricos de consumo, possibilitou maior aderência entre as necessidades operacionais e a alocação de recursos, reduzindo a necessidade de ajustes emergenciais.

Como consequência, observou-se aumento da previsibilidade orçamentária, maior

controle sobre os gastos e aprimoramento do processo decisório no âmbito da gestão pública.

A Figura a seguir ilustra o fluxo de análise técnica adotado para a concessão de combustível a novos veículos incorporados à frota. Nesse processo, a demanda informada pela unidade gestora é avaliada com base em critérios objetivos, incluindo o consumo estimado do veículo, o histórico de consumo da unidade e a disponibilidade orçamentária no âmbito do TED, assegurando maior aderência entre necessidade operacional e alocação de recursos.

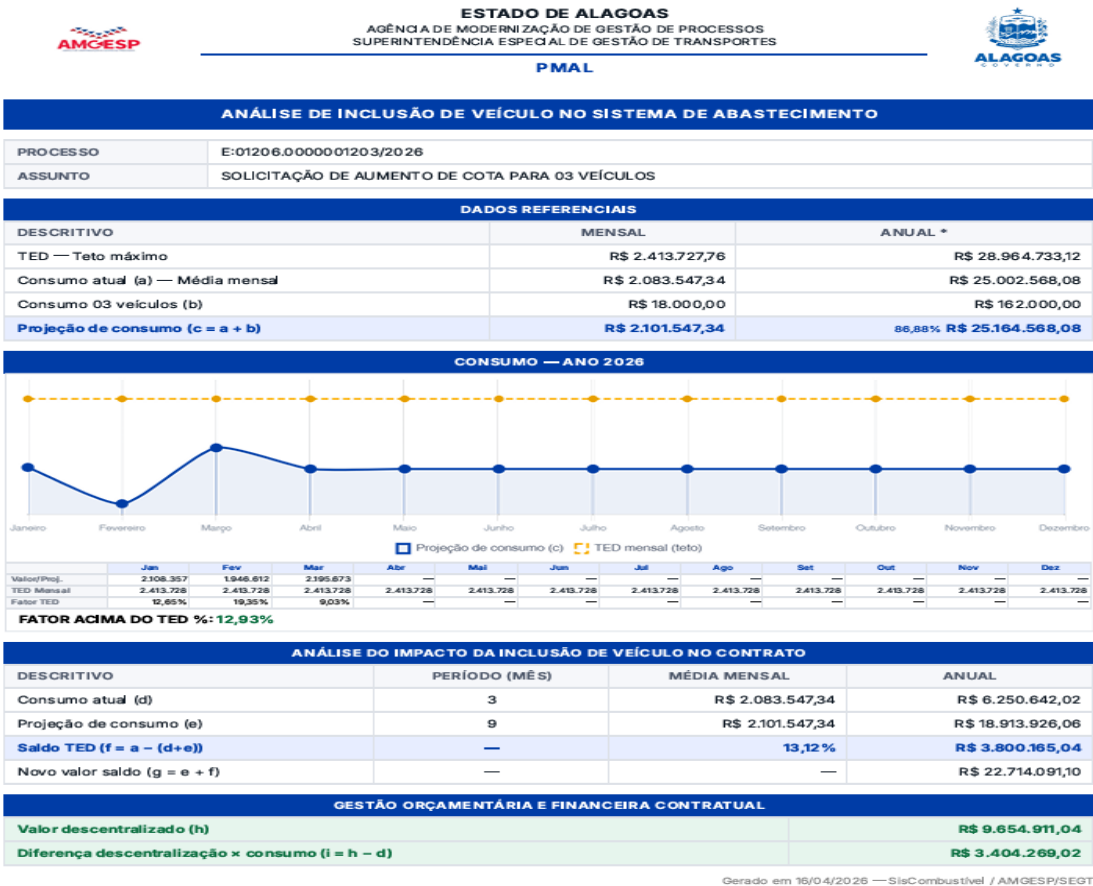


Figura 2 – Modelo de análise de inclusão para liberação de combustível

Fonte: SISCOMBUSTÍVEL (Sistema próprio da AMGESP). 16 abr 2026. 1 imagem.

10.3 Fortalecimento da governança

O modelo implementado contribuiu significativamente para o fortalecimento da governança institucional, ao estabelecer papéis claros, integrar informações e alinhar os diferentes atores envolvidos no processo de gestão do abastecimento.

A articulação entre o órgão central, as unidades gestoras e os sistemas de execução passou a ocorrer de forma mais coordenada, orientada por diretrizes comuns e sustentada por fluxos padronizados de informação.

A consolidação de uma gestão baseada em dados, associada ao monitoramento contínuo

das operações, elevou o nível de maturidade administrativa, reposicionando o abastecimento de combustíveis como uma política pública estruturada, e não apenas como atividade operacional.

Nesse contexto, o modelo passou a operar com base em informações consolidadas e confiáveis, permitindo:

- análises comparativas entre unidades gestoras;
- identificação preventiva de desvios;
- tomada de decisão fundamentada em evidências.

10.4 Aumento do controle, transparência e rastreabilidade

Um dos principais resultados observados foi o fortalecimento dos mecanismos de controle sobre o consumo de combustíveis, decorrente da centralização das informações e da utilização de sistemas eletrônicos integrados.

O acompanhamento em tempo real das operações ampliou a rastreabilidade das transações, reduzindo a margem para inconsistências e fortalecendo os mecanismos de controle preventivo.

A padronização dos processos e a definição de regras claras de utilização contribuíram para o aumento da transparência, tanto no âmbito interno da administração quanto no controle externo.

A implantação da TAG eletrônica, aliada ao acesso ao histórico digital de abastecimentos, elevou o nível de responsabilização dos agentes envolvidos, reforçando os mecanismos de conformidade e controle interno.

10.5 Economia estrutural

A economia observada no novo modelo de gestão do abastecimento da frota oficial do Estado de Alagoas decorre de uma transformação estrutural na forma de organização, controle e execução da despesa pública, não se limitando à adoção de medidas pontuais de contenção de gastos.

Trata-se de uma eficiência sistêmica, resultante da integração entre governança institucional, tecnologia da informação, padronização de processos e uso intensivo de dados na tomada de decisão.

Nesse contexto, a racionalização das despesas com combustível deve ser compreendida como o resultado de um conjunto de mecanismos interdependentes que atuam continuamente na prevenção de desperdícios, no controle de desvios e na otimização da alocação de recursos. Destacam-se, entre esses mecanismos, a centralização da gestão, a definição de parâmetros técnicos de consumo, o controle de preços por meio de tetos referenciais e o monitoramento em

tempo real das operações.

A implementação desse modelo permitiu maior aderência entre o consumo efetivo e a necessidade operacional das unidades gestoras, reduzindo distorções históricas e promovendo maior eficiência alocativa.

Os resultados financeiros evidenciam os ganhos de eficiência decorrentes do modelo implementado. Entre os exercícios de 2023 e 2024, as despesas com combustível apresentaram redução significativa, passando de R\$ 65.504.165,25 para R\$ 58.316.760,89, o que representa uma economia de R\$ 7.187.404,36, equivalente a 10,97%.

Tabela 3 – Evolução das despesas com combustível (2023–2024)

Ano	Despesa (R\$)	Variação (R\$)	Variação (%)
2023	65.504.165,25	-	-
2024	58.316.760,89	7.187.404,36	10,97%

Fonte: elaborado pelo autor (2026)

Na comparação entre 2024 e 2025, observa-se estabilidade na despesa, com leve variação de 0,16%, passando de R\$ 58.316.760,89 para R\$ 58.408.895,12, o que corresponde a um acréscimo de R\$ 92.134,23.

Essa variação está associada, principalmente, à reativação de veículos anteriormente inoperantes, ampliando a demanda operacional da frota.

Tabela 4 – Evolução das despesas com combustível (2023–2024)

Ano	Despesa (R\$)	Variação (R\$)	Variação (%)
2024	58.316.760,89	-	-
2025	58.408.895,12	+92.134,23	+0,16%

Fonte: elaborado pelo autor (2026)

Esse resultado não se explica apenas por variações conjunturais, mas pela consolidação de um modelo de gestão baseado em controle contínuo, previsibilidade orçamentária e disciplina na execução da despesa.

A economia observada possui caráter estrutural, uma vez que decorre de mudanças permanentes na arquitetura de gestão do abastecimento. Isso indica que os ganhos tendem a ser sustentáveis ao longo do tempo, desde que mantidos os instrumentos de governança, monitoramento e controle implementados.

Em síntese, os dados evidenciam que a adoção de um modelo integrado de gestão, apoiado por tecnologia e governança institucional, é capaz de produzir ganhos expressivos de eficiência fiscal, contribuindo para a qualificação do gasto público e o fortalecimento de uma administração orientada por resultados.

11 Conclusão

A experiência do Estado de Alagoas evidencia que a gestão do abastecimento de combustíveis pode transcender sua dimensão operacional e assumir papel estratégico na administração pública. A reestruturação do modelo, baseada na centralização da gestão na AMGESP, na utilização qualificada do Termo de Execução Descentralizada (TED), na definição de parâmetros técnicos de consumo, na criterização de preços e na incorporação de tecnologias de monitoramento, configurou uma inovação organizacional relevante no contexto da gestão pública.

O modelo implementado promoveu impactos institucionais significativos, ao fortalecer a governança, ampliar a capacidade de controle do Estado e elevar o nível de maturidade administrativa. A integração entre planejamento, execução e monitoramento, sustentada por dados estruturados, permitiu a transição de uma lógica reativa para uma abordagem preditiva e orientada por evidências, com reflexos diretos na eficiência operacional e na qualidade do gasto público.

A ressignificação do TED como instrumento de governança fiscal e a utilização intensiva de dados redefiniram o processo decisório, assegurando maior previsibilidade orçamentária, disciplina na execução da despesa e alinhamento entre as necessidades operacionais e a alocação de recursos.

Os resultados alcançados demonstram que a combinação entre governança institucional, padronização de processos, controle econômico e uso de tecnologia é capaz de gerar ganhos sustentáveis, reduzir desperdícios e promover maior transparência na gestão pública.

Mais do que uma mudança incremental, a iniciativa representa a consolidação de um novo paradigma de gestão, estruturado por regras claras, orientado por dados e sustentado por mecanismos contínuos de monitoramento e controle.

Destaca-se, ainda, o elevado potencial de replicabilidade do modelo, uma vez que seus fundamentos centralização estratégica, execução descentralizada, uso de dados e controle parametrizado podem ser adaptados a outras áreas da Administração Pública que enfrentam desafios relacionados à fragmentação, à baixa previsibilidade orçamentária e à limitação de mecanismos de controle.

Em síntese, a experiência demonstra que a integração entre instrumentos financeiros, tecnologia e governança institucional constitui um caminho efetivo para a transformação de estruturas administrativas fragmentadas em sistemas mais eficientes, transparentes e orientados por resultados.

12 Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os avanços e dilemas do modelo pós-burocrático na administração pública brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2007.

ALAGOAS. **Decreto Estadual nº 93.571/2023**. Estabelece medidas de racionalização de despesas com combustíveis. Disponível em: <<https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=37613&page=21&searchTerm=93.571>>. Acesso em 23 abril 2026.

ALAGOAS. **Decreto Estadual nº 95.022/2023**. Estabelece a política de gestão para utilização de veículos da frota do estado, consumo de combustível e manutenção pelos órgãos da administração pública estadual, e dá outras providências. Disponível

em: <<https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/apinova/api/editions/viewPdf/49765>>.

Acesso em 23 abril 2026.

ALAGOAS. **Decreto Estadual nº 95.161/2024**. Dispõe sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado de Alagoas. Disponível em: <<https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/apinova/api/editions/viewPdf/49684>> Acesso em: 23 abril 2026.

ALAGOAS. **Decreto Estadual nº 106.441/2026**. Estabelece diretrizes de execução orçamentária e financeira. Disponível em: < <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/apinova/api/editions/viewPdf/51301>> Acesso em: 23 abril 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/compilado.htm> acesso em 17 abril 2026.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101/2000**. Lei de Responsabilidade Fiscal. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em 17 abril 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.133/2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm. Acesso em: 23 abril 2026

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

DAVENPORT, Thomas H. **Big Data at Work**. Harvard Business Review Press, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2023.

HOOD, Christopher. **The “New Public Management” in the 1980s**. Accounting, Organizations and Society, 1991.

IFAC. **International Framework: Good Governance in the Public Sector**. New York: IFAC, 2014. Disponível em: <https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2019/05/a-data-driven-public-sector_1c183670/09ab162c-en.pdf>. Acesso em: 27 abril 2026.

OCDE. **Government at a Glance 2015**. Paris: OECD Publishing, 2015.

OECD. **Digital Government Review: Enhancing Public Sector Performance**. Paris, 2020.

KETTL, Donald F. **The Global Public Management Revolution**. Brookings Institution Press, 2005.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2023.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo**. Brasília: MH Comunicação, 1994.

WORLD BANK. **Improving Public Sector Performance: Through Innovation and Inter-Agency Coordination**. Washington, 2018.